

AJUSTE DIRETO

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA MONITORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ETAR DO CENTRO ESCOLAR DE ASSENTIZ E CHANCELARIA”

setembro/2024

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I **Disposições gerais**

CLÁUSULA 1.^a **Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para manutenção e monitorização da ETAR do Centro Escolar de Assentiz e Chancelaria.
2. As especificações técnicas dos serviços que se pretendem adquirir constam do anexo I ao presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 2.^a **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado e o seu anexo.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a sua prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3.ª

Prazo de vigência do contrato

1. A prestação de serviços terá início após adjudicação e assinatura do contrato.
2. O contrato entra em vigor na data da sua assinatura e cessa com a conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

CLÁUSULA 4.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços nomeadamente as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de cumprir integralmente as cláusulas do presente Caderno de Encargos, bem como o seu anexo, respeitando os princípios da boa-fé, ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, nomeadamente obrigação de preparar, planear e coordenar a execução de todos os trabalhos da prestação do serviço, em conformidade com as Especificações Técnicas previstas neste Caderno de Encargos, bem como de todas as obrigações daí decorrentes;

b) Obrigatoriedade de cumprimento dos prazos definidos, bem como da entrega dos elementos, previstos no anexo I ao presente caderno de encargos;

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 5.^a

Fases da prestação do serviço

1. O Prestador de Serviços obriga-se a executar todas as atividades da prestação de serviços de acordo com a periodicidade e demais condições definida nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 6.^a

Forma da prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter comunicação com a entidade adjudicante, através de interlocutor a identificar após o ato de adjudicação, cabendo-lhe a gestão corrente

do contrato celebrado, devendo prestar informação de quaisquer circunstâncias anormais de execução contratual que venha a constatar.

2. No início da prestação de serviços será acordada entre o Município e o prestador de serviços a calendarização das amostragens, a qual será validada através do e-mail: ambiente@cm-torresnovas.pt.

CLÁUSULA 7.^a

Prazo da prestação do serviço

A prestação do serviço termina com a entrega do último Relatório, correspondente à campanha de amostragem mensal n.º 24 (vinte e quatro).

CLÁUSULA 8.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de 15 (quinze) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, a entidade adjudicante procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas e anexo ao presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar à entidade adjudicante, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3. No caso da análise pela entidade adjudicante, a que se refere o n.º 1 anterior, não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, e/ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas e anexos ao presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.

4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6. Caso a análise da entidade adjudicante a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas e anexo ao presente Caderno de Encargos, poderá ser emitida, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pela entidade adjudicante.

7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas e anexo ao presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 9.^a

Transferência da propriedade

1. Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a entidade adjudicante, incluindo, se aplicável, os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

2. Os produtos que resultem da execução do objeto do presente Caderno de Encargos serão considerados como obra de encomenda, nos termos do disposto do

Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, pertencendo ao Município a titularidade dos mesmos, bem como a propriedade dos respetivos suportes.

3. O Município de Torres Novas, poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.

4. O prestador de serviços não pode utilizar a favor de outras entidades e para os mesmos efeitos os documentos elaborados em execução do presente Caderno de Encargos.

5. Pela cessão dos direitos a que alude a presente clausula não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Secção II

Obrigações da entidade adjudicante

CLÁUSULA 10.^a

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. O preço base do presente procedimento é de € 5 326,08 (**cinco mil trezentos e vinte e seis euros e oito cêntimos**) considerando a consulta preliminar ao mercado para a realização dos serviços.
4. Ao preço apresentado, acresce IVA à taxa legal em vigor.
5. O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição de serviços objeto do contrato.
6. O preço a que se refere o n.º 3 é dividido em vinte e quatro prestações mensais de igual valor, devendo as faturas serem emitidas após a submissão do Relatório Mensal à aprovação do Município.

CLÁUSULA 11.^a

Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo município de Torres Novas, nos termos da Cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pelo município da respetiva fatura.
2. Em caso de discordância por parte do município de Torres Novas, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. O prestador dos serviços deverá remeter a fatura, em formato - PDF certificado ou ficheiro eletrónico certificado para integração direta com a plataforma em uso pelo Município.
4. Se o prestador dos serviços se encontrar em condições de cumprir com o legalmente estipulado quanto à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nos termos e ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro - artigo 12.º - faturação por via eletrónica, que regula

as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, bem como os prazos previstos para a implementação explanados no Decreto-Lei n.º 104-A/2021, de 27 de novembro, a fatura deverá ser compatível com o sistema de faturação eletrónica implementado pelo Município.

5. Para efeitos de cumprimento do referido no ponto anterior, será o prestador dos serviços devidamente informado, mediante pedido de esclarecimento, do procedimento a seguir para proceder à faturação dos serviços prestados.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

CLÁUSULA 12.^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, tendo por base o plano de trabalhos e por causa imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir ao prestador de serviços o pagamento das seguintes penas pecuniárias, as quais cumulativamente não poderão exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato:

a) Por cada dia de incumprimento da data prevista para a realização das campanhas de amostragem, tendo por base a calendarização prevista nas Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos (Anexo I), o montante de 50,00 € (cinquenta euros);

b) Por cada dia de incumprimento da data definida para a entrega dos relatórios previstos nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos (Anexo I), o montante de 50,00 € (cinquenta euros);

c) Pela não comunicação ou incumprimento do prazo para comunicação das anomalias detetadas, conforme previsto nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos (Anexo I), o montante de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros);

2. Nos casos em que seja atingido o limite cumulativo previsto no número anterior e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar dano grave para o interesse público, aquele limite é alterado para 30%.

3. A decisão de aplicação de cada sanção, será notificada ao adjudicatário por escrito, via fax, correio eletrónico ou carta registada e será precedida da sua audiência prévia, a realizar pelos mesmos meios, para que se pronuncie, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sobre o incumprimento contratual ou cumprimento defeituoso que lhe é imputado e do montante da sanção pecuniária prevista aplicar.

4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços, cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a sua duração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

6. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

8. O cocontratante será o único responsável pelos prejuízos causados pelo incumprimento defeituoso da prestação de serviços, bem como pelas indemnizações que, por esse facto, possam ser devidas a terceiros.

CLÁUSULA 13.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 14.^a

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos produtos previstos no caderno de encargos por prazo superior a 30 (trinta) dias ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços (e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público).

CLÁUSULA 15.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Resolução de litígios

CLÁUSULA 16.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V
Disposições finais

CLÁUSULA 17.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes, depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 18.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 19.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 20.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO I ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 1.^a

Objetivo

1. A prestação de serviços tem o objetivo de garantir o adequado funcionamento da ETAR compacta instalada no Centro Escolar de Assentiz e Chancelaria, sito em Outeiro Grande, bem como, cumprir o programa de autocontrolo imposto na licença de rejeição de águas residuais.
2. Deverá o prestador de serviços assegurar a manutenção e monitorização da ETAR no termos definidos nas Cláusulas 2.^a e 3.^a seguintes.
3. Sempre que seja detetada alguma anomalia que ponha em causa o bom funcionamento da ETAR, o prestador de serviços deverá informar o Município, através do e-mail: ambiente@cm-torresnovas.pt, no prazo máximo de (24) vinte e quatro horas.
4. Caso as medidas corretivas a diligenciar se incluam nos serviços de manutenção previstos, o prestador de serviços deverá atuar no imediato, podendo o prazo ser alargado para (48) quarenta e oito horas, caso não esteja em causa o adequado funcionamento e bom estado de manutenção dos equipamentos.

Cláusula 2.^a

Serviços incluídos

1. A prestação de serviços abrange os seguintes serviços:
 - 1.1. Ações de manutenção mensal, que incluem no mínimo o seguinte:
 - a) Visita técnica mensal de acordo com a calendarização a acordar no início da prestação de serviços, mais duas deslocações extra se necessário, incluindo deslocação e mão de obra, por um técnico de manutenção;
 - b) Verificação do quadro elétrico;
 - c) Verificação do funcionamento e medição de consumo elétrico dos equipamentos (tamisador, soprador de ar e bomba);
 - d) Verificação do estado de limpeza da obra de entrada e do tamisador;

- e) Medição de pH, do Volume de lamas e de oxigénio dissolvido no reator biológico e afinação dos parâmetros de funcionamento caso seja detetada alguma anomalia;
- f) Verificação do medidor de caudal e registo dos volumes descarregados;
- g) Emissão de relatório técnico, a enviar ao município no prazo máximo de 10 (dez) úteis após amostragem, com análise crítica e sugestão de ações corretivas/melhorias, com vista a garantir a qualidade do efluente tratado e o bom estado de funcionamento dos equipamentos, bem como, recomendações que sejam consideradas pertinentes, quer do ponto de vista dos utilizadores, quer no que se refere à monitorização e manutenção.

1.2. Realização do programa de autocontrolo em conformidade com a Cláusula 3.^a seguinte.

Cláusula 3.^a

Determinações analíticas

1. A realização do programa de autocontrolo inclui as seguintes determinações analíticas:

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de amostragem	Tipo de amostragem
Saída	pH (escala de Sorensen)	Mensal	Composta c/ intervalos máximos de 1 hora
Saída	Carência Bioquímica de Oxigénio (mg/l O ₂)	Mensal	Composta c/ intervalos máximos de 1 hora
Saída	Carência Química de Oxigénio (mg/l O ₂)	Mensal	Composta c/ intervalos máximos de 1 hora
Saída	Sólidos Suspensos Totais (mg/l)	Mensal	Composta c/ intervalos máximos de 1 hora
Saída	Óleos e Gorduras (mg/l)	Mensal	Composta c/ intervalos máximos de 1 hora
Saída	Azoto Total (mg/l N)	Trimestral	Composta c/ intervalos máximos de 1 hora
Saída	Fósforo Total (mg/l P)	Trimestral	Composta c/ intervalos máximos de 1 hora

2. Por imposição da Agência Portuguesa do Ambiente, os parâmetros referidos no número anterior poderão ser alvo de alteração, sendo efetuados neste caso os ajustes necessários, tendo por base os valores unitários contratualizados.
3. Os custos unitários a considerar para cada parâmetro deverão internalizar o custo de todos os serviços referidos na Cláusula 2.^a anterior.